Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2017/2021

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 29 de novembro de 2017

Ata N.º 2

No dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezassete, pelas vinte horas e quarenta e dois minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – 2.ª Revisão ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020;

PONTO DOIS – Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Palmela – 2.ª Alteração;

PONTO TRÊS – Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitações Municipais;

PONTO QUATRO – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para representar o Município na ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses (Efetivo e Substituto).

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;

- Sr. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luísa da Costa Fragoso Paulino;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda a seguinte ausência.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Maria Eduarda Costa Faria.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Maria Eduarda da Costa Faria do BE,** apresentou pedido de renúncia ao mandato, por motivos de saúde, pelo que coloca o pedido à apreciação do Plenário não tendo merecido qualquer comentário. O lugar agora vago será ocupado pelo **Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira** que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse do novo Membro **Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira do BE** que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que ficará apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** deu início ao Período da Ordem do Dia.

Período da Ordem do Dia

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sendo uma sessão extraordinária nós vamos diretamente para a ordem de trabalhos que aqui nos reúne hoje e neste caso para a proposta número um.

Eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer usar da palavra para uma primeira apresentação."

PONTO UM – 2.ª Revisão ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente.

Muito boa noite a todas e a todos, cumprimento V.Exa. na qualidade de Presidente da Assembleia e os restantes Membros da Mesa da Assembleia, naturalmente as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, a quem dou as boas vindas a quem se estreia nestas lides, fazendo votos que, da nossa e da vossa participação, tenhamos todos condições para contribuir para o desenvolvimento do nosso concelho, saúdo também as Sras. e os Srs. munícipes e a comunicação social presente.

Ora neste primeiro ponto trata-se de apresentar a proposta da 2.ª Revisão ao Orçamento 2017 e as Grandes Opções do Plano 2017-2020. Como habitualmente esta segunda revisão tem por objetivo efetuar ajustamentos finais, uma vez que estamos próximo do final do ano, aos documentos previsionais adequando-os à execução física e financeira que se estima poder vir a ocorrer até final do presente ano económico, com projeções calculadas em função do histórico verificado até à data.

Assim, no capítulo da receita efetuam-se anulações no valor global de cinco milhões, cento e noventa e seis mil, cento e trinta e três euros, as quais incidem sobre as rubricas, por exemplo, de impostos diretos como o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis em que, tendo em consideração a execução verificada nas primeira e segunda prestações do ano, estimamos já um desvio negativo de menos trezentos mil euros e, sobretudo, anulações na rubrica das transferências de capital provenientes de fundos comunitários e da Administração Central, referentes a anulações da percentagem da comparticipação de diversas obras em função do valor anulado no capítulo da despesa, e sobre a rubrica de passivos financeiros decorrente da anulação ou reprogramação de despesa em investimentos cofinanciados pelo empréstimo de médio e longo prazo. O que

isto significa é que obras que entretanto não vão ter pagamentos este ano e ao serem programadas para os anos seguintes, nesta revisão ao fazermos a anulação dessas obras temos de fazer também a anulação na receita da parte do cofinanciamento previsto, quando se trata de obras de fundos comunitários, da parte dos empréstimos e daí, também, esta necessária anulação dos investimentos pelo empréstimo de médio e longo prazo.

Assim, no capítulo da despesa, os principais movimentos resultam, no essencial, de anulações na ordem dos quatrocentos e quarenta mil euros em despesas de Pessoal. Isto significa, não que tivéssemos estimado muito por cima, nada disso, mas, de facto, ao longo deste ano, houve aqui alguns fenómenos, houve trinta e cinco saídas de trabalhadores e trabalhadoras, por diversos motivos, houve também menos encargos com a saúde que, aliás, também, nos últimos anos tinha havido aumentos muito significativos impostos por vários governos e sobretudo, também, pela *Troika* na comparticipação para a ADSE, esse fenómeno foi estancado e há também outras opções de recurso ao regime livre O que faz com que tivéssemos aqui, neste momento uma poupança, embora ainda com gastos muito superiores àquilo que fazíamos aqui há quatro ou cinco anos atrás.

Também menos trinta mil euros nas remunerações por doença, maternidade, parentalidade, como sabem isto são despesas de difícil previsão. Quando se elabora o orçamento, como a lei impõe, faz-se a média dos últimos vinte e quatro meses na estimativa da despesa nestas e noutras áreas e, de facto, este ano aconteceu estarmos aqui abaixo. Mas, de facto, para além destas questões registam-se depois como principais reforços a reposição de verbas que tirámos aquando da décima alteração ao Orçamento, por exemplo, na prestação de serviços pela empresa municipal SIMARSUL. Tivemos necessidade de ir ali buscar dinheiro para reforçar outras ações e outras obras, e tínhamo-nos comprometido na última revisão repor o dinheiro, porque a faturação até final de dezembro vai aparecer e daí que tenhamos feito um reforço de cento e nove mil euros, por um lado, para a reposição dessa verba da décima alteração e também mais cento e trinta mil euros para permitir o pagamento de faturas porque a verba inicial revelou-se insuficiente.

Também um reforço da dotação da ação ampliação e remodelação das redes, estamos a falar de abastecimento de água, para pagamento da reparação muito urgente, foram quinze mil euros que não estavam previstos nesta rubrica, de uma conduta adutora em Quinta do Anjo.

Também um reforço da dotação da ação Captação e Estações de Tratamento, Reservatórios, cento e vinte mil euros, para permitir o pagamento de energia elétrica. Como sabem grande parte dos encargos da água têm que ver com a captação, com o funcionamento das bombas e, de facto, aumentaram os custos e temos aqui cento e vinte mil euros para chegarmos ao final do ano com tudo pago, mas, também, alguns reforços para permitir a abertura de procedimentos para a construção de vedação e beneficiação de edifícios da captação do furo JK11, em Olhos de Água, beneficiação das instalações elétricas das estações de tratamento de água da Lagoinha e do Poceirão.

Uma inscrição de uma nova ação, esta sim não estava no orçamento inicial, intitulada Fórum Colaborativo Água e Energia na Cidade, são pequenos reforços mas é uma ação indispensável, mil e quinhentos euros para iniciativa colaborativa com o LNEC- Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e outros municípios, tem que ver sobretudo com partilha de conhecimento e formação técnica para a elevação de qualificações no domínio da gestão da água e que, depois, estas formações e também estes cursos práticos têm três mil euros para dois mil e dezoito e quatro mil e seiscentos euros para dois mil e dezanove.

Uma nova ação, aliás já devia de ter sido inscrita há mais tempo, intitulada criação de acessibilidades – requalificação de jardins, espaços públicos e eliminação de barreiras. Esta nova ação, nós fazemos isto, enfim, quer por administração direta quer no âmbito de novas obras, temos a preocupação de cumprir a legislação das acessibilidades, mas este reforço de quatro mil e trezentos euros diz respeito à consultoria técnica que temos com a rede das cidades e vilas de excelência onde estamos a participar com dois projetos "Pinhal Novo Sul" e "Pinhal Novo Norte", no rebaixamento de passadeiras, mas que também já o fizemos em Poceirão e em Águas de Moura na baixa comercial.

Nas Funções Económicas, há um reforço da dotação de ações do projeto Iluminação Pública, estamos a prever aqui mais cento e oitenta mil euros para permitir o pagamento de energia elétrica tendo em conta os consumos verificados até ao momento.

Para além destes reforços fizemos, sobretudo, como vos disse, grandes anulações no valor de cinco milhões, quatrocentos e dezanove mil e seiscentos e setenta e um euros, que tem que ver com reprogramação de várias obras por diversos motivos e tenho aqui, vou procurar, para vos ajudar a perceber o documento, de uma forma mais detalhada dar os exemplos mais significativos.

Anulações por exemplo de oitenta mil e duzentos euros, relativos a encargos de instalações com fornecimento de energia elétrica, ou seja pagamos mais de iluminação pública mas, de facto, também temos feito alguma poupança nas instalações municipais e, portanto, a execução vai ser abaixo do previsto. Menos quarenta e cinco mil euros referentes a apoios socio educativos porque, de facto, os programas dos auxílios económicos e da alimentação escolar até final do ano já estão todos cumpridos e pagos e, portanto, há aqui uma verba excedentária.

Menos vinte e sete mil e quinhentos euros, relativo a encargos com eletricidade em festas locais, não é que eles não tenham sido gastos; aqui transitam sobretudo de rubrica, porque em vez de termos feito a adjudicação de serviços, isto foi incluído nos subsídios atribuídos a uma das associações de festas que tratou ela dos encargos com eletricidade, portanto, não foi uma poupança é uma anulação numa rubrica mas tendo sido gasta através de outra.

Também doze mil e quinhentos euros, relativos a encargos de instalações com fornecimento de energia elétrica nos Mercados Municipais, por exemplo. Menos vinte mil euros referentes à Mobilidade Sustentável nos Serviços Municipais, por exemplo, porque tínhamos aqui previsto adquirir vário equipamento elétrico sustentável e triciclos para a varredura urbana. Para a limpeza urbana temos em processo de aquisição dois aspiradores, os triciclos vão ficar para o próximo ano até porque se avizinham novos avisos para concursos que cofinanciam estes investimentos em cinquenta por cento e, naturalmente, nós vamos procurar fazer estes investimentos com essa comparticipação no próximo ano.

Menos cinquenta e nove mil euros, referentes à aquisição de equipamento informático. A aquisição ainda vai ser feita em dois mil e dezassete, o procedimento para a aquisição de dois servidores em "cluster", mas o pagamento já só vai ocorrer em dois mil e dezoito, daí que se anule e, depois, naturalmente, o orçamento que aprovaremos aqui, dentro de semanas, vai ter que ter estas verbas comtempladas para dois mil e dezoito e anos seguintes.

Menos duzentos e trinta mil euros, referentes à Escola de Aires cuja obra está a decorrer, mas que não vai ser toda paga este ano, vai ser pago no próximo ano. Menos duzentos e dezoito mil euros, no que diz respeito à Escola de Águas de Moura, que também está em obra e que também estes pagamentos já só recaem no próximo ano. Menos quinhentos mil euros, na Escola Matos Fortuna, portanto, no máximo pagaremos cerca de trezentos mil este ano, os restantes passam para o próximo ano. Menos duzentos mil euros, no que diz respeito à Escola Básica de Cabanas, outra grande obra, mas também só pagaremos estes duzentos mil no próximo ano. Menos vinte e oito mil e quinhentos euros, relativos à requalificação da Básica Zeca Afonso, que tem agora uma obra a decorrer, vai ter outra, vamos fazer em três fases até para evitar prejudicar ao máximo o funcionamento das aulas e, portanto, esta outra parte fica para o início do próximo ano. Menos trinta mil euros, na Escola de Brejos do Assa, estamos a fechar projeto, a obra só se vai desenvolver no verão de dois mil e dezoito, portanto, não vamos ter necessidade deste dinheiro agora. Menos trinta mil euros, na de Cajados, mas, a obra vai ocorrer em dois mil e dezoito, no logradouro. Menos quarenta mil euros, na Salgueiro Maia, mas, não é que a obra não arranque agora, é que só vai ser paga parte desta obra já em dois mil e dezoito.

Menos cento e seis mil euros, referentes à instalação da Unidade de Saúde de Pinhal Novo Sul. Para terem uma ideia o ofício sobre o visto do Tribunal de Contas chegou mesmo no limite do prazo, mas ainda chegou com três perguntas que tem que ser respondidas, chegou esta semana, e até lançarmos a primeira pedra e, portanto, lá está o dinheiro tem que ir para o próximo ano porque não é possível começar a obra sem o visto.

Menos quarenta e um mil euros, também referentes à requalificação do Monte do Francisquinho. Pagaremos projeto este ano, projeto de execução, que só será concluído no início do próximo ano e depois a obra é para fazer em dois anos.

Trinta e um mil euros relativos a execução de obras em edifícios em substituição dos titulares de alvarás de construção, isto era uma coisa para reparar um elevador num prédio utilizando a caução mas houve alteração da legislação já vai ser um elevador diferente, também já só é feito no início do próximo ano.

Menos cento e oitenta e quatro mil euros, que estavam previstos para este ano, para a requalificação do Salão Nobre dos Paços do Concelho. A empreitada estava para ser lançada em dois mil e dezassete, já só será lançada em dois mil e dezoito, portanto, este dinheiro tem que transitar para o ano seguinte.

O mesmo relativamente à Capela de São João Batista, onde ainda nem sequer conseguimos a assinatura do Sr. Bispo para contratualizar a obra e, portanto, estimamos que a obra vai decorrer em dois mil e dezoito/dois mil e dezanove e a verba também tem que ir para o ano seguinte.

A rua Serpa Pinto, cujas obras começaram há uma semana, portanto, também temos que tirar aqui oitenta mil euros que estavam para este ano porque pagaremos um auto ou dois, o resto, o grosso, da verba é para o ano seguinte porque é feita em meia dúzia de meses. O mesmo relativamente ao antigo edifício da GNR, aqui em Palmela, onde estamos a anular apenas catorze mil euros porque a verba que tínhamos este ano era para projeto e, portanto, isto é pagável com o dinheiro que lá temos e estes catorze mil euros sobram para o ano seguinte.

Depois temos aqui umas verbas mais pequenas e outras mais pesadas, estou a lembrar-me, cento e vinte cinco mil euros relativos à infraestruturação da rua Zeca Afonso e travessa do Limoeiro, no Bairro Alentejano, a obra está adjudicada desde setembro com previsão e consignação em outubro e já era para ter começado. A empresa está com dificuldades em entrar em obra, portanto esta verba o melhor é transitar para o próximo ano porque não vai ser nada pago, senão ficamos com diferenças de execução que não são reais.

Um milhão, cento e sete mil euros relativamente à regularização da Ribeira da Salgueirinha, como sabem está em concurso público, é por prévia qualificação, dentro de um mês teremos os primeiros candidatos apurados e depois eles ainda vão fazer a apresentação das propostas.

Outras situações, a título de exemplo, andamos há dois ou três anos para fazer a ligação do furo RA1 ao sistema de abastecimento a Palmela, a verba transita na totalidade mais uma vez para o ano seguinte, porquê? Trata-se de um problema com a obtenção do terreno, aguardamos que o Sr. Secretário de Estado faça a declaração de utilidade pública, cujo processo foi devidamente instruído há alguns meses, e só quando houver utilidade pública é que tomamos posse administrativa do terreno e fazemos a obra porque está tudo pronto para arrancar.

Depois, há aqui pequenas anulações, nove mil, dez mil euros, trinta mil, referirei só as mais importantes. Seiscentos mil euros, relativo ao CICLOP7, a ecopista do Pinhal Novo está em concurso, a de Quinta do Anjo tem projeto aprovado, também vai ser lançado o concurso em breve, isto só tem execução financeira pagamento de obra já em dois mil e dezoito e o mesmo com o projeto PRARRÁBIDA, Janela da Arrábida, no Espaço Fortuna em que havendo pagamento integral ainda do projeto este ano o grosso da verba, quatrocentos e oito mil euros, transita para o ano seguinte.

Dito isto, e ficando naturalmente à disposição para esclarecer o que entendam por conveniente, o total do orçamento após a segunda revisão vai situar-se nos quarenta e sete milhões, cento e dois mil, duzentos e sessenta e dois euros e onze cêntimos e, portanto, propõe-se submeter a deliberação da Assembleia a aprovação desta 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017-2020.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente pela explicação adicional à proposta.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta proposta. Quem deseja intervir?

Dou a palavra ao Partido Socialista, José Carlos de Sousa, por favor."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito boa noite Sra. Presidente, Sr. Presidente de Câmara, Membros da Assembleia, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, colaboradores da Autarquia, jornalistas, público presente, uma boa noite a todos e, enfim, votos que este ciclo da Assembleia Municipal possa, em face, também, da sua nova configuração, trazer benefícios para a própria Assembleia e consequentemente para os munícipes de Palmela.

Relativamente a esta segunda revisão ao orçamento, que o Sr. Presidente teve o cuidado de exaustivamente detalhar praticamente número a número, gostava de tecer três ou quatro comentários. O primeiro é que há uma, não diria deliberada, mas, diria patente falácia na proposta e esta patente falácia na proposta resume-se no quê? Resume-se no facto de ao nível da receita o Sr. Presidente escrever que, enfim, o valor são de cinco milhões, enfatiza o IMI que são cento e cinquenta mil euros, não trezentos como o senhor referiu, a anulação é só cento e cinquenta mil euros, e, depois, deixa por falar, efetivamente, na proposta o milhão e novecentos mil euros que saem das funções sociais da autarquia. Funções sociais da autarquia que, e, obviamente, que não estamos aqui a fazer a análise do ano de dois mil e dezasseis, ou melhor de dois mil e dezassete, mas reportando-nos à ata de dois mil e dezasseis o senhor destacou a educação na qualificação do parque escolar um forte investimento, e estou a citá-lo, ampliação e requalificação de escolas, Aires, enfim, recreios, outras instalações, etc., etc., e o que é facto é que não concretiza, e se há alguns aspetos que nos podemos atribuir, enfim, a financiamentos que vêm através de fundos estruturais e outros, estes não, claramente estes não, e, portanto o senhor faz a requalificação da básica de Palmela 2, deixa de fazer a ampliação e requalificação da EB de Aires, com duzentos e trinta mil euros, vou repetir os seus números, lamento, a ampliação e requalificação da EB de Águas de Moura, com duzentos e dezoito mil euros, a ampliação e requalificação da EB António Matos Fortuna, com quinhentos mil euros, a ampliação e requalificação da EB de Cabanas, com duzentos mil euros, a requalificação da EB Zeca Afonso, com vinte e oito mil euros, Brejos do Assa, trinta mil euros, Cajados, trinta mil euros e Salgueiro Maia, quarenta mil euros.

E, não estando patente na proposta isto, o que é interessante é que depois na proposta o senhor dá um ênfase aos reforços das funções sociais, quer dizer o senhor retira de lá um milhão e novecentos mil euros, coloca lá qualquer coisa como setecentos mil euros que, ainda por cima, é o reforço de dotação de ação dos serviços da prestação à SIMARSUL, que o senhor disse que tinha de haver aqui um acerto, a reforço de dotação da ampliação e remodelação da rede, são quinze mil euros, a reforço de dotação da ação de captação de estação de tratamento e reservatórios, são cento e vinte mil euros, a inscrição da nova ação Fórum Colaborativo Água e Energia da Cidade, são mil e quinhentos euros, a inscrição da nova ação criação de acessibilidades - requalificação de jardins espaços públicos e eliminação de barreiras que são quatro mil e trezentos euros, ou seja ínfima a parcela em relação a toda a outra que é subtraída, e é evidente que não estamos a avaliar aquilo que foi o plano de atividades, apresentado aqui em novembro de dois mil e dezasseis, mas temos, efetivamente, e que ficar um bocadinho constrangidos com o facto de não ter havido capacidade, por parte da autarquia, de conseguir desenvolver este tipo de obra que foi aqui, enfim, tão vinculada, tão apresentada e tão enaltecida. Lamentamos, e lamentamos e lamentamos de uma forma que faremos nossas, com certeza, as palavras de muitos dos munícipes de Palmela.

Relativamente às anulações, ou melhor, relativamente aos reforços, a questão dos duzentos e trinta e nove mil euros, dos outros trabalhos especializados, que são para a SIMARSUL, enfim, percebemos perfeitamente a situação assim como os cento e oitenta mil euros de reforço para a iluminação pública. Todavia é, claramente, uma revisão orçamental onde a capacidade de concretização de algumas das obras que estava aqui plasmada acabam por não se concretizar e isso lamentamos que tenha querido, ou que tenha recaído, sobre as questões das funções sociais da autarquia, parece-nos que não é um bom presságio a este nível que tenhamos este tipo de condição.

Não querendo, obviamente, tomar muito tempo e não querendo dar outros números que estão aqui, tive o cuidado de os ver um a um, mas a reprogramação destas despesas através do empréstimo médio/longo prazo vai fazer, claramente, com que o orçamento do próximo ano se venha a sentir com isso, não será negativo o facto de se sentir, é negativo, claramente, o facto de não haver a obra que foi aqui propagandeada, diria assim.

O Sr. Presidente que é tão metódico, tão, enfim, exequível ao nível do centavo, do tostão, perde, claramente, nesta revisão orçamental este norte, no sentido de vir hoje, aqui, pedir uma revisão orçamental

de cinco milhões de euros, dos cinquenta que tem o orçamento, e de cinco milhões de euros, dos quais três ponto nove são de funções sociais quando essas eram cerca de treze milhões de euros. É significativo Sr. Presidente, é significativo e deixa-nos preocupados.

Era só. Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, outras intervenções?

Tem a palavra pelo grupo PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia e do Sr. Presidente da Câmara, cumprimento todos os colegas da Assembleia e do executivo, o público, jornalistas e trabalhadores.

Ora bem! Quando à data da apresentação do orçamento questionámos se as obras iam ser todas feitas, até na questão das escolas, também, inclusive no montante do empréstimo, foi-nos dito que iriam ser começadas e algumas delas foram realmente iniciadas.

Consideramos que politicamente, embora o Sr. Presidente tenha aduzido algumas razões justificativas para alguns dos casos, consideramos que tais justificações não cabem em todas estas rubricas e, portanto, a verdade é que os trabalhos não foram iniciados. Para além disso não vou aqui explanar rubrica a rubrica, mas surgem-me aqui algumas dúvidas.

Sr. Presidente, na questão do HUB10, que para quem não estava cá e talvez público que esteja presente, o HUB10 é aquela Plataforma que estabelecerá a ligação ou o rearranjo da estrada, dita Coca-Cola, que o Sr. Presidente aqui afirmou que seria em duas fases. Nós questionámos diversas vezes essa obra, entre outras, mas agora também estou um bocadinho perplexa porque eu acho que ela já nem tem duas fases, se calhar já tem três e era isso. Sr. Presidente, agradecia que desse aqui uma explicação, porque a verba que estava dotada era de quatrocentos mil euros, fazem agora uma anulação de trezentos e trinta e sete mil e depois reportam que transita, para dois mil e dezoito, cento e oitenta mil euros e para dois mil e dezanove, cento e cinquenta e três mil euros. Eu pressuponho que isto caberá tudo na primeira fase ou isto engloba as duas fases que o Sr. Presidente referiu? Era isso que eu queria aqui ver esclarecido e, efetivamente, se a execução será em dois mil e dezoito e a segunda fase em dois mil e dezanove, porque se bem me lembro os montantes globais que foram aqui referidos eram superiores aos quatrocentos mil euros, para a obra total e portanto agora gostava que o Sr. Presidente esclarecesse."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Se consultar o orçamento em vigor, o orçamento tem só quatro anos."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Sr. Presidente deixe-me só terminar, sim eu sei que tem quatro anos, mas como eu vejo aqui dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, eu gostava que aqui esclarecesse, efetivamente, quando é que se prevê o início da obra, quantas fases terá e qual a sua duração, então, nesse faseamento que o senhor refere dos dois anos, ou dos três anos, ou dos quatro anos, e é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Outras intervenções Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção?

Então tem a palavra o Bloco de Esquerda, Tânia Ramos, por favor."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito boa noite. Cumprimento a Sra. Presidente, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Membros da Assembleia, público, jornalistas, colaboradores da Câmara, boa noite a todos.

Gostaria de deixar, simplesmente, os votos de que este novo ciclo seja um ciclo tão bom quanto o anterior, mas melhor. Possamos, realmente, corresponder àquilo pelo qual fomos eleitos, com mais transparência, mais equidade e mais qualidade, que seja esse o papel de cada um de nós servir aqueles que nos elegeram de uma forma boa e de uma forma que possamos prestar um serviço à população, um serviço justo, e um serviço que se possa rever na vida e no dia-a-dia das populações.

Em relação a esta matéria, e apesar de estarmos já num novo mandato autárquico, esta revisão diz respeito essencialmente a uma visão estratégica totalmente da CDU, que detinha a maioria absoluta na Câmara e também a maioria absoluta na Assembleia Municipal. Não obstante o facto de existirem pontos com que, anteriormente, concordámos, esta execução orçamental é da inteira responsabilidade do anterior executivo e por isso o nosso sentido de voto será a abstenção.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção?

Então não havendo, devolvo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Começaria por responder ao Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa e, primeiramente, começar por esclarecer o que disse acerca do IMI. Eu disse que à data tínhamos na primeira e segunda prestações um desvio de trezentos mil euros, é evidente que a anulação que aí fazemos é inferior, mas estamos na expetativa que a coisa melhore, cá para mim até que não gostava de ter desvio nenhum, era acertado ali na *mouche*. Ah! Vamos ter, mas por bons motivos, não só porque reduzimos a taxa mas, precisamente, porque em boa hora há a isenção automática para aqueles cidadãos e cidadãs com património menos valorizado e com rendimentos menos altos que merecem a isenção do IMI.

Feito esse esclarecimento, dizer-lhe que, de facto, também me parece abusivo, não vou devolver a questão da falácia, a utilização da designação das funções sociais para fazer antever de que há aqui algum desvio do reinvestimento nas crianças, nas famílias, não, não há, efetivamente. Continuaremos a ter, e vamos ter oportunidade de ver isso em abril de dois mil e dezoito quando aprovarmos a conta de gerência, que teremos das execuções mais altas quer no investimento, quer nas ações concretas nessas áreas.

Mas não fazendo agora futurologia, o que gostaria de dizer é que não se trata de não concretizar por incapacidade económica, porque não o é, porque tínhamos empréstimos e temos orçamento para isso, não se tratou de prometer e depois ir adiando, sucessivamente, ano após ano. Eu faço um apelo um bocadinho à nossa honestidade intelectual para percebermos que as candidaturas das quatro grandes escolas que aqui referiu, com exceção da Matos Fortuna cujo concurso teve que ser repetido, que essa foi aprovada no final de dois mil e dezasseis, as outras candidaturas, a candidatura, não é a obra, para termos financiamento só foram aprovadas em fevereiro de dois mil e dezassete. Ora só a partir de fevereiro de dois mil e dezassete é que se desenvolve o projeto de execução que tem especialidades, tem arquitetura, tem estas coisas todas e como o senhor sabe, e outros Membros da Assembleia ou sabem e quem não sabe tem que passar a saber, o código da contratação pública tem os seus prazos e, portanto, em média para obras que estamos a falar obras de setecentos mil, oitocentos mil, seiscentos mil euros, temos sempre seis meses para o lançamento do concurso. Ora os concursos foram lançados, as obras começaram entre junho e agosto e, portanto, outra questão que eu aqui apelo também a esta capacidade de perceber estas coisas, é que você para lançar as obras tem que ter o dinheiro no orçamento e, portanto, nós tínhamos que ter lá o dinheiro todo, depois já pode reprogramá-lo em função da execução da obra com exceção da obra de Cabanas, onde sentimos que

há ali alguns atrasos, todas as outras obras estão a ter um ritmo perfeitamente normal, isto acontece em todas as autarquias e em todos os pontos do mundo, depois da empreitada, depois do minuto zero, você tem que reprogramar financeiramente a partir daí para a frente, isto é perfeitamente normal.

Depois, voltando à questão das funções sociais, é só para alertar quem, eventualmente, desconheça que nas funções sociais temos também a água, o saneamento, etc., e que, de facto, há aqui reprogramações que eu procurei dar-lhe exemplos e justificar com todo o pormenor para perceber que, olhe por exemplo a questão do furo RA1, ou mesmo outras obras que aqui citei todas elas têm uma explicação e uma justificação para levarem a esta reprogramação financeira, portanto não é uma questão de propaganda é uma questão de *timings* de execução. E há depois questões técnicas, porque também não se podem fazer obras sem fazer projetos e também não se pode ter quarenta projetos para lançar todos em simultâneo e temos que definir algumas prioridades sobretudo, até me poderia dizer assim: "então mas há pequenas obras que podia ter executado e não se atrasava com essas pequenas obras por causa de outras obras gigantescas que aqui tem". Pois é, mas é que tivemos que dar a prioridade total aquelas que têm prazos, olhe, por exemplo, as Encostas do Castelo que lançámos na semana passada, o POSEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência em Uso e Recursos vai ter que reprogramar o financiamento connosco porque, de facto, era impossível lançar aquela obra mais cedo e dos cinco municípios do país que tiveram acesso aquele programa para este efeito, Palmela até é o que está mais adiantado e, no entanto, o POSEUR não pode terminar em junho de dois mil e dezoito, porque aquela obra vai estender-se até dois mil e dezanove, portanto esta questão da reprogramação é habitual e tem que ver com questões de natureza, às vezes, técnica, com *timings* de execução, com timings de aprovação dos projetos e das candidaturas. Este das Encostas do Castelo, já foi por madrugada dentro, na ante véspera da entrega da proposta para reunião de Câmara, que o LNEC – Laboratório Nacional Engenharia Civil deu o parecer final sobre o projeto, portanto é só para o senhor ver que, de facto, por nossa vontade eu até tinha feito as obras todas antes das eleições Sr. Membro da Assembleia. Pois claro, nem era essa a minha pretensão senão os senhores diziam que eu estava a fazer propaganda eleitoral e mesmo assim disseram relativamente a algumas, mas pronto. Portanto, não é uma questão de propaganda é uma questão de programação e também é uma questão técnica de programação financeira das obras que tem que ser nestes moldes e, de facto, dentro das funções sociais os investimentos na educação, têm todos eles juntos um peso de cerca de dois milhões e seiscentos mil euros e teremos uma execução muito elevada apesar de não termos as obras prontas a trinta e um, nem podíamos ter, vamos ter obras que, enfim, já só inauguramos no próximo ano letivo, vai ter que ser assim.

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, bom, também, procurou aqui relacionar esta questão da reprogramação das obras com o empréstimo, pois bem, e fez bem, e recorda-se do empréstimo? O empréstimo de quatro milhões é para executar para obras cofinanciadas no Portugal 2020 e, portanto, temos que utilizar o empréstimo até ao verão de dois mil e dezanove. Isto é a prova que se previa e que tinha que ser assim que as obras se vão estender até dois mil e dezanove e quando eu estava a fazer o apelo a que, às vezes, temos que cruzar a leitura deste documento com o documento do início do ano em que temos as Grandes Opções com o Orçamento de dois mil e dezassete e temos depois a programação para os anos seguintes, para se perceber que não há aqui nenhuma incongruência, mas para lançarmos as obras tínhamos que ter a verba lá inscrita no início.

Quanto à questão concreta que colocou esclareço com todo o prazer e com toda a lisura. O primeiro troço do HUB10, a candidatura aponta para uma obra no valor de seiscentos e treze mil euros, o segundo troço para setecentos e quarenta e quatro mil euros, é isso que está a aprovar ou seja podemos fazer obra até esse valor, foi isso que nos aprovaram. A primeira fase, o primeiro troço estrada de Vila Amélia, está em concurso como sabe, é público, está publicado no site da Câmara, os procedimentos estão a decorrer e, portanto, vamos ver em que preço é que fica mas esperemos que fique abaixo deste valor, naturalmente tem que ficar sobretudo abaixo do preço base. A segunda fase, que ainda vai ter que ter também candidatura, só arrancaremos depois de terminar esta primeira fase, até porque há questões de infraestruturas que estão a ser feitas em simultâneo, portanto, não é apenas repavimentação e uma rotunda, nós estamos a mexer nas infraestruturas também. Quando falou desta reprogramação quatrocentos fica trezentos e oitenta para o ano e depois mete mais cento e cinquenta em dois mil e dezanove, não significa que as verbas sejam estas porque, lá está, se for ao orçamento já encontra em dois mil e dezoito e dois mil de dezanove já lá encontra dinheiro, estamos a redistribuí-la é porque ela não vai ser gasta este ano, se a obra ainda está em concurso dificilmente conseguiremos gastar este dinheiro e, portanto, não se justifica chegar ao final do ano com verbas não executadas, aliás todas estas verbas vão

funcionar como? Vão funcionar como o saldo de gerência e, portanto, em abril, depois de aprovar a conta, estaremos a fazer a revisão ao orçamento e a voltar a dotar um conjunto de rubricas de meios financeiros decorrentes desse saldo de gerência que não foi executado.

Dito isto, esclareci quanto às questões aqui do HUB10, queria só dar aqui nota de quando é que foi aprovada. Por exemplo o HUB10, então os senhores dizem que é propaganda, não é propaganda, a candidatura sabem em que data é que foi aprovada, Sras. e Srs. Membros da Assembleia? No dia três de agosto. Ter feito projeto, nós candidatamos já com estudo prévio, e lançado a obra em novembro é um timing excelente, olhe que, às vezes, precisamos de conhecer um bocadinho à nossa volta para valorizar aquilo que vamos fazendo que não é isento de erros, nem de problemas, para percebermos que somos o município, neste momento, com o maior número de candidaturas na AML - Área Metropolitana de Lisboa. Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção?

Há um pedido do PSD/CDS, peço que sejam breves agora na segunda volta."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Precisamente, porque aí nessa segunda fase da obra do HUB10 que o senhor falou dos setecentos e quarenta e três mil, na opinião do Sr. Presidente quando for lançado o concurso isso será projetado para que anos, previsivelmente?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Nós teremos que lançar o concurso no próximo ano, mas a obra só estará finalizada em dois mil e dezanove, essa segunda fase que é o troço da estrada dos Quatro Castelos até São Gonçalo, é o troço mais dispendioso e mais complexo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Está? Sr. Membro da Assembleia, José Carlos Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Só um pequeno rodapé Sra. Presidente. Eu não trago as coisas escritas e, portanto, não consigo redizer aquilo que disse inicialmente, passe este pleonasmo todo, mas, penso que fiz clara menção que as questões relacionadas ao POESUR, e a todos os outros, não eram a nossa preocupação, nomeadamente não falei do HUB10, não falei da Ribeira da Salgueirinha, não falei nada disso. Situei-me, claramente, naquilo que são as concretizações no âmbito das escolas, neste caso, das funções sociais e que dos cinco vírgula dois milhões de euros iniciais ficamos com os três ponto nove milhões que se projeta concretizar, portanto, isto é *tout court*, é o que está aqui.

Da sua intervenção fica-me unicamente alguma dúvida relativamente a três questões: ampliação e requalificação da escola António Matos Fortuna, estava projetado quinhentos e setenta e oito mil e dez euros, o senhor retira agora meio milhão de euros, portanto vai pagar setenta e oito mil euros só durante este ano? Eu não conheço a obra, sinceramente, não conheço, a minha dúvida é em função daquilo que está aqui a transmitir. A ampliação e requalificação da EB de Cabanas, tem duzentos e sessenta e seis mil e cem euros em orçamento e retira duzentos mil euros e na Salgueiro Maia tem sessenta mil euros em orçamento e retira a globalidade da verba, portanto estranho que…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não, a totalidade?"

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"A totalidade, sim, sessenta mil euros pelo menos é o que está aqui. Não, peço perdão, retira quarenta mil euros e, portanto, fica lá com os vinte mil euros. Há aqui uma margem, efetivamente, muito curta que percebo que é para o lançamento do concurso única e exclusivamente, este ano, portanto não há obra feita visível nestas três escolas. A pergunta é esta não há obra visível nestas três escolas neste momento que é vinte e nove de novembro de dois mil e dezassete, certo ou errado?

É só Sra. Presidente, obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Tem a palavra CDU por favor, Sr. Membro Domingos Rodrigues."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Muito obrigada Sra. Presidente.

Através da Sra. Presidente saúdo todos os presentes e creio que uma primeira questão poderia aqui levantar que é a seguinte. É, de facto, a primeira Assembleia e quando nós dizemos: "esperemos que a assembleia, o seu funcionamento, para as populações", etc., sim é verdade é isto, mas, nós, há uma questão fundamental é que nós trabalhamos também para as populações, não com falácia, nem com outros termos, mas com seriedade e a primeira coisa que a gente apresenta, apresentámos um programa e é dentro desse programa que nós temos as responsabilidades fundamentais para trabalharmos para as populações.

Naturalmente, que nesta segunda revisão orçamental, poderemos ter opiniões várias e divergentes, naturais, mas fala muito bem na questão da receita, na despesa e nas funções sociais. Eu creio que aqui na questão das funções sociais, há que ser muito claro nisto porque, às páginas tantas, caminha-se para algumas intervenções quando se fala nas funções sociais dá a impressão que está aqui assim a tirar-se direitos e regalias fundamentais dos trabalhadores e não é este o caso, portanto, há que refletir também sobre estas questões. Nós dizemos que nesta revisão está aqui, claramente, aquilo que é a seriedade, aquilo com que nos apresentamos, aquilo com que nós trabalhamos e está pasmado neste documento a seriedade daquilo que a gente pretende fazer.

Tendo em conta isto, muito simplesmente, a bancada da CDU, perfeitamente de acordo com algumas observações, mas reconhece que esta revisão orçamental é correta no momento atual e vai votar favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu há pouco, peço desculpa, o nosso sentido de voto é a abstenção principalmente porque, também, gostamos dos programas cumpridos, inclusive no HUB10 aqui recordámos várias vezes no que diz respeito a esta estrada, e a outros, que fizeram parte de programas eleitorais durante vinte anos e é por isso que fazemos questão que eles sejam rigorosamente cumpridos a partir desta data, perante isto tudo o sentido de voto, como referi, é o da abstenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra em representação do MIM, Maria Luísa, por favor."

A **Sra. Maria Luísa Paulino do MIM:**

"Boa noite a todos, cumprimento todos na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia, os jornalistas, a assistência e a comunicação social.

O MIM é a primeira vez que está, portanto, representado, tanto a nível do executivo como a nível da Assembleia, contudo, modestamente e de uma forma parca, gostaria de informar que o MIM vai-se abster nesta votação, por uma questão de honestidade intelectual e seriedade. Não tendo conhecimento, efetivamente, do que foi realizado nos últimos quatros anos, não tem qualquer noção do que pode estar certo, eventualmente, ou errado, eventualmente, ou menos bem, ou muito bem, por esse modo não nos cabe a nós votar a favor ou votar contra e penso que a forma mais honesta de o fazer é votar com a abstenção, é tudo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada, Sra. Membro da Assembleia Maria Luísa Paulino, peço desculpa vou aos poucos aprendendo, registando, não é aprendendo, é registando na memória os nomes de todos.

Tinha pedido a palavra penso que o Partido Socialista, não?

Então, Sr. Presidente para encerrar."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, muito telegraficamente.

Perguntava-me o Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa se íamos pagar na escola Matos Fortuna apenas setenta e oito mil euros este ano? Não lhe sei responder, se são setenta e oito mil euros ou se são mais, o senhor está a fazer as contas apenas com a verba que é transferida e a que fica, mas quero dizer, para ver como essas contas não podem ser feitas só assim, que a empreitada são oitocentos mil euros. Os valores que referiu, dos quais retirou e ficou setenta e oito mil, não chegam nem de perto nem de longe a esse valor, portanto é o que eu digo teríamos que revisitar o documento original, tê-lo aqui ao nosso lado para ver, efetivamente, quanto é que ainda fica, se são só setenta e oito mil em dois mil e dezassete, mas, de facto, o grosso vai para o próximo ano. O Sr. Membro da Assembleia também deve saber que os autos de medição são apresentados, são conferidos, pela fiscalização da obra, de acordo com o caderno de encargos, etc., etc., e nunca são pagos menos de quarenta e cinco dias depois, é uma questão de operações técnicas e financeiras que levam a esta necessidade de execução a ser diferida no tempo.

Pergunta-me se há obra visível? Na Salgueiro Maia não há, porque a obra ainda não começou, já está adjudicada, mas posso dizer-lhe que se for à Matos Fortuna, se for a Cabanas e se for a Aires é visível a obra. Eu gostava é que aquilo já estivesse tudo feito, mas não é assim, são obras que têm prazos de execução, estão lá os dias, é fazer as contas como diria um antigo primeiro-ministro, mas são uns meses.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia antes de votarmos, talvez eu devesse ter feito isto no início, eu alertava a necessidade particularmente, a necessidade não, chamava a atenção das Srs. e dos Srs. Membros da Assembleia, especialmente aqueles que se iniciam agora nestas lides, para um aspeto que é importante.

Penso que, em geral, as propostas da Câmara vêm com um texto que nos ajuda a perceber melhor aquilo que aqui fazemos em cada um dos casos, e neste caso concreto quando nós falamos numa revisão ao orçamento, sem prejuízo de todas as explicações adicionais que o Sr. Presidente aqui trouxe e que, depois, com as intervenções de cada um dos Membros da Assembleia se vai acrescentando, era importante não perdermos noção de um aspeto, nós, enfim, daqui a poucos dias vamos ter oportunidade de votar o nosso primeiro Plano de Atividades e Orçamento, ou aliás Grandes Opções do Plano e Orçamento e, nessa altura, vamos estar todos muito mais conscientes acerca do que este documento, este não, do que o documento sobre o qual hoje aqui estamos a trabalhar, através dessa proposta, contem. É evidente que para quem inicia o mandato com um Orçamento e com umas Grandes Opções do Plano a chegar ao seu fim, mas ainda em vigor, com esta figura legal que são as alterações e as revisões justamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, porque as Grandes Opções do Plano e o Orçamento são documentos previsionais, portanto isso quer dizer quando nós os aprovamos fazemos na previsão, no pressuposto, de que vamos ter uma determinada receita e de que o desenvolvimento das ações vai ter um determinado, um previsível ritmo e esta figura legal, que são as alterações e as revisões, existem exatamente para se poder fazer ajustamentos a esses documentos. Enfim, começar uma Assembleia, ou começar um Mandato, aliás a aprovar um documento relativamente digamos que a uma orientação sobre a qual não participámos tem estas vicissitudes, mas é assim. Os ritmos autárquicos têm as suas próprias cadências e é nesse contexto que nós estamos, por isso, enfim, não é a melhor proposta para iniciar uma Assembleia na medida em que tem aqui muitos pressupostos que nós não dominamos completamente no início do mandato, mas a partir do momento que aprovarmos o primeiro plano e orçamento vamos ficar muito mais conscientes do que está em vigor no nosso município.

Pronto, não queria complicar só queria acrescentar, portanto com estas alterações hoje aqui trazidas, e com as explicações do Sr. Presidente da Câmara, eu sugeria então que nós votássemos. Por norma e apenas para explicitar perante os novos, nós temos que afirmar sempre o nosso voto e portanto eu tenho quer o perguntar expressamente. ”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com quinze votos a favor da CDU e dezasseis abstenções (nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, duas do MIM e duas do BE). Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa**

“Vamos passar à proposta número dois.”

PONTO DOIS – Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Palmela – 2.ª Alteração

O **Sr. Presidente da Câmara:**

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Trata-se da segunda alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município, as taxas das autarquias são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico à atuação dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias nos termos da lei.

O valor das taxas, respeitando a necessária proporcionalidade, pode também ser fixado com base em critérios de desincentivo à prática de certos atos ou operações ou, ao contrário, promovendo a discriminação positiva de entidades coletivas ou singulares que promovam políticas e/ou atividades de que resultem benefícios para a comunidade. É o que se pretende com duas das alterações ao Regulamento constantes da

presente proposta, uma agrava as taxas de utilização do espaço aéreo, que se pretende desincentivar, e outra desonerando taxas urbanísticas às empresas com boas práticas ambientais.

Para além da introdução de matérias inovadoras, as alterações ao Regulamento e Tabela de Taxas são muitas vezes impostas pela experiência entretanto adquirida em consequência da aplicação sistemática e avaliação constante pelos serviços municipais, bem como, pela dinâmica própria dum regulamento e tabela de taxas com contextos de aplicação em permanente mudança, que pretende clarificar e simplificar a aplicação de algumas disposições, conceitos e respetivo enquadramento, retificação de imprecisões e ainda a colmatação de algumas omissões.

Importará ainda referir que as alterações propostas mantêm o respeito pelos princípios orientadores e métodos de cálculo assumidos na fundamentação económico-financeira aprovada em 2010, assim como princípios consagrados legalmente, designadamente o princípio da justa repartição dos encargos e da equivalência jurídica, correspondendo ao custo do serviço público local conjugado com o benefício auferido pelo particular.

Como disse, para além da possibilidade genérica de efetuar alterações para a correção e melhoramentos do regulamento, conforme consta na deliberação desde logo no início do procedimento, há uns meses atrás, e participação procedimental, esta segunda alteração do ano tem os seguintes objetivos específicos: estabelecer isenções e reduções de taxas municipais em entidades sem fins lucrativos, estabelecer um mecanismo da repercussão das taxas municipais dos valores cobrados pertencentes a outras entidades públicas, criar a taxa de direitos de passagem, alterar as taxas de ocupação do domínio público aéreo, discriminar, positivamente, nas taxas urbanísticas, as empresas que venham obter o selo de empresa verde.

As fichas, penso que ajudam à compreensão das alterações propostas, a ficha um visa estabelecer isenções e reduções de taxas municipais em entidades sem fins lucrativos, é proposta a isenção de taxas referentes ao cemitério municipal a entidades sem fins lucrativos que possuam talhões cedidos pela autarquia, é o caso dos Bombeiros de Palmela e da Liga dos Combatentes entidades às quais o município cedeu talhões para os seus associados, sublinho que só beneficiam desta isenção as entidades que cumulativamente reúnam as seguintes condições: não terem fins lucrativos e possuam talhões cedidos pelo município.

Depois, outra das alterações propostas que eu destacaria, na ficha três, estabelecer o mecanismo da repercussão das taxas municipais dos valores cobrados pertencentes a outras entidades públicas. Eu daria um caso muito simples, quando se trata de ocupação de espaço público com publicidade nas imediações das estradas nacionais é necessário o parecer obrigatório das Infraestruturas de Portugal e as Infraestruturas de Portugal passaram a cobrar uma taxa elevadíssima sobre esse parecer e, portanto, essa taxa não estava refletida nas taxas do município. Imaginem, por exemplo, o município para licenciar um outdoor de uma determinada firma de publicidade recebia cento e cinquenta euros mas para ter o parecer obrigatório, para poder licenciar das Infraestruturas de Portugal, tinha que pagar um parecer de duzentos e cinquenta, isto não faz sentido e, portanto, passou a estar acrescentado à taxa também este valor que é devido porque a legislação assim o impôs e, portanto, esta foi uma das correções que introduzimos agora.

Depois a taxa de direitos de passagem, alterar as taxas de ocupação do domínio público aéreo, propõe-se a criação da taxa municipal de direitos de passagem, prevista na legislação em vigor, e que já é repercutida pelos operadores nos valores cobrados aos seus clientes, terá efeito nulo nos munícipes clientes dessas entidades, sublinho não é nenhuma taxa em que os munícipes clientes venham, porque já estão a ser, não é como a do gaz, porque essa ainda estamos à espera de regulamentação, houve votação, felizmente, para se acabar com a repercussão das taxas na fatura do consumidor final mas isso ainda não está a cem por cento, mas neste caso estamos a falar sobretudo das operadoras telefónicas e, portanto, não vamos ter aqui verbas muito significativas, estimamos que possa ser aí cerca de vinte cinco mil euros por ano mas é uma coisa que é, enfim, um direito do município e, portanto, vamos cobrá-la. O valor proposto corresponde, ah, entretanto há aqui outra questão nesta taxa, é que é proposta a criação de uma taxa específica para a ocupação do espaço aéreo sendo que, até à data, esse uso era taxado através de uma taxa genérica do RTTM, a número seis ponto dois até ponto três, outras ocupações de espaço público, não previstas nos números anteriores, o valor proposto agora corresponde a perto do dobro da taxa cobrada pelo uso do subsolo, e porquê? Porque nós pretendemos incentivar o uso do subsolo e desincentivar a instalação de infraestruturas no espaço aéreo, e atenção que isto não tem nada que ver com algumas infraestruturas já pré-existentes, essas o município tem estado, seja na iluminação publica, seja nos operadores de

telecomunicações, a notificá-los e no caso da iluminação pública a obrigar a incluir no plano de investimentos, que ao abrigo do contrato de concessão que a EDP tem para com o município, obrigá-los a enterrar redes, assim o fizemos recentemente pedidos para o Centro Histórico e para outros arruamentos do Concelho, mas para outras utilizações, mesmo que seja numa área rural, numa zona menos urbana, temos que desincentivar esta facilidade com que algumas operadoras põem postes e estendem cabos por tudo quanto é sitio e, por isso, consideramos que deve ser mais caro do que quem quiser enterrar a rede, porque beneficia de facto a paisagem e o ambiente.

Depois, a ficha seis é aquela que dá nota das discriminações positivas que propomos nas taxas urbanísticas a empresas que venham obter o selo de empresa verde, em articulação até com outras medidas já aprovadas do eco empresas e de outros regulamentos que temos, é proposta a redução de diversas taxas devidas pela realização de diversas operações urbanísticas às empresas que venham obter então esse selo e essa classificação.

A ficha dois, por exemplo, visa introduzir, incluir um novo item e alteração de outro capítulo, o dos cemitérios que já falei também da necessidade neste caso de incluir uma taxa para emissão de alvarás e averbamentos de nichos de decomposição anaeróbica, que não existia no regulamento, as que existiam eram apenas para sepulturas penso que perpetuas e temporárias não é verdade Sr. Vereador, e a ficha cinco também a inclusão da taxa para emissão de certificado da verificação metrológica, é um ato novo do nosso serviço de metrologia que não dispunha da taxa necessária e, portanto, tivemos que criar esta taxa.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta, quem deseja intervir?"

Tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Obrigada, Sra. Presidente.

Aquilo que a proposta documenta são correções que beneficiam o regulamento, consequentemente beneficia o município, estão integradas numa perspetiva, e numa linha condutora, que nos parece certa, e votaremos favoravelmente a alteração.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Tânia Ramos por favor."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"O Grupo Autárquico do Bloco analisou também a proposta e é fundamentada, justifica-se, e o nosso voto será a favor, no entanto queríamos questionar o Sr. Presidente de Câmara se já estava legislado esta lei porque é que esta taxa não foi aplicada há mais tempo? Porque é que só foi aplicada agora? Muito obrigada.

Desculpe, em relação a esta nova taxa correspondente aos direitos de passagem sobre infraestruturas de telecomunicações e de utilização de espaço aéreo, é isto a que me refiro.

Obrigada."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Tem a palavra a CDU, Cristina Moura."

A **Sra. Cristina Moura da CDU:**

"A Bancada da CDU após analisar as várias taxas municipais, considerou que elas são benéficas e iremos votar favoravelmente, no entanto gostaríamos de realçar a aplicação de boas práticas ambientais ao nível das empresas, porque tendo em conta todo o panorama nacional que nós estamos a viver é mais uma ajuda na implementação das várias medidas que nós queremos ver impostas.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais alguma intervenção?

Tem a palavra o MIM, Maria Luísa Paulino."

A **Sra. Maria Luísa Paulino do MIM:**

"Ainda pelo facto de nós não estarmos cá anteriormente, depois de ser comunicado, efetivamente esta proposta, o MIM como representante novo aqui entende que ainda assim vai votar favoravelmente no sentido em que todas estas práticas são extremamente positivas a nível ambiental, contribuem para uma diminuição do impacto paisagístico, limpeza energética e outras coisas mais, portanto, nesse entendimento o MIM vota favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Tem a palavra agora o PSD/CDS, Maria Rosa Pinto, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Nós vamos votar favoravelmente, no entanto não deixaremos de tecer aqui um comentário nomeadamente consideramos positivo essa taxação do espaço aéreo, que já era permitido, no entanto aqui na questão do cemitério, na concessão dos nichos para decomposição aeróbica, os alvarás e averbamentos, que até dão algum trabalho de consulta, documentação e tudo mais, a taxa é de vinte e um euros zero dois, na questão do embelezamento dos nichos, isto é a minha posição pessoal, este embelezamento o que é que concretiza? É o facto, da pessoa ir embelezar paga esta taxa mais o embelezamento que vai fazer? Será isso? Porque há aqui um parágrafo que diz "verifica-se ainda a necessidade de alterar o número dez que na sua atual redação pode ser interpretado que a taxa do embelezamento dos nichos só se aplica quando existe furação da pedra", mas eu agora fiquei um bocadinho baralhada perante isto. Aplica-se só quando existe perfuração da pedra, se o embelezamento for tipo autocolante não se aplica a taxa, é isso que quer dizer com isto? No entanto face ao alvará e averbamento e ao trabalho que isso dá versus o embelezamento eu, pessoalmente, considero esta taxa, uma versus a outra excessiva, mas não deixarei de votar favoravelmente na globalidade e até pode ser que haja uma explicação que eu não tenha percebido muito bem aqui do que li, mas não me pareceu do que li perceber esta diferenciação.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente quer responder a esta questão?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, a esta e à anterior também, porquê só agora a taxa de direitos de passagem. A taxa de direitos de passagem a primeira versão quando foi criada tinha repercussão sobre os munícipes, mais recentemente deixou de ter. É evidente que, se calhar, já o podíamos tê-lo feito há um ano, mas confesso que estivemos mais preocupados em fazer a redução da do subsolo por causa do gaz porque estava a ter efeitos na carteira dos consumidores e fizemos, aliás fizemos por duas ou três vezes reduções dessa taxa e centrámos aí a nossa atenção, e agora consideramos que era a altura de retomar o estudo deste processo, embora não compense aquilo que nós reduzimos na taxa de subsolo, a nós interessa-nos também a que as operadoras façam investimento no caso do gaz e, portanto não são estes vinte e cinco mil euros que vão compensar as reduções que fizemos, mas estava na altura de não deixar fugir esta receita por muito incipiente que fosse.

Segunda questão, Sra. Membro da Assembleia, a taxa de embelezamento vamos lá ver não sei se está a perceber o tipo de operação que ali é feita, trata-se de colocar uns pequenos vasos para deposição de flores, chapas identificadoras, etc., há determinados modelos, determinadas normas, as taxas quando são criadas é feita uma fundamentação económica ou financeira no caso das administrativas há uma fórmula que diz o tempo que demora a fazer, o vencimento do assistente administrativo, vezes não sei o quê, e isso dá um valor para os alvarás etc., para o trabalho administrativo.

Aqui, confesso que nos cemitérios há também outro tipo de operações desde logo o acompanhamento dos operadores externos que são contratados pelos particulares para fazer isso, a produção de resíduos que eles também fazem quando fazem furos, colam, fazem lixo, também, etc., eu creio que todos estes fatores terão sido equacionados na fórmula, embora eu não tenha o pelouro dos cemitérios há muitos anos, porque já a tive noutros sítios, daí a experiência levar-me a falar destes aspetos aqui com alguma propriedade, mas a explicação é esta é que, aparentemente, parece ser uma coisa simples mas olhe que ter ali um coveiro quase de plantão a controlar as coisas que para lá fazem no cemitério aquilo tem custos, precisamos de outro para fazer outro tipo de trabalhos, mas pronto foi essa a fundamentação que esteve na base por parte dos nossos serviços.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, podemos então votar esta proposta?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passamos à proposta três Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitações Municipais, Sr. Presidente."

PONTO TRÊS – Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitações Municipais

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito bem, procuraria não ler toda a proposta não deixando de referir esta questão do direito à habitação sendo que muita gente, por dificuldades sócio económicas, nem sempre têm esta necessidade satisfeita. É

imperioso que exista a definição de um conjunto de regras assentes nos princípios da equidade, igualdade e justiça social, que orientem o acesso e atribuição do direito ao arrendamento dos fogos que integram o Parque Habitacional Municipal e, portanto, isto fundamenta a necessidade da existência do regulamento que preveja e contemple o acesso a um alojamento com boas condições de habitabilidade, ao abrigo da Lei n.º 81/2014, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2016, e subsidiariamente, às normas do Código do Procedimento Administrativo, definindo as condições e os critérios de seleção e de atribuição do direito ao arrendamento dos fogos municipais.

E face a esta última alteração legislativa, foi a partir daí que os nossos serviços começaram a trabalhar na elaboração do novo regulamento, em julho foi aprovado o início do procedimento da criação de Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitações Municipais, com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, participação e constituição como interessados e interessadas e apresentação de contributos. Não houve contributos, fomos para aprovação da Câmara e depois sujeitámos esta mesma proposta de regulamento a consulta pública, não tendo havido propostas de alteração trazemo-lo ao Órgão Assembleia Municipal que tem a competência de deliberar sobre a aprovação deste projeto de regulamento.

Pensamos que o regulamento, que aliás aqui teve que ver vertida toda a mais recente legislação e conceitos sobre a matéria, está muito bem organizado, tem o regime aplicável, o âmbito de aplicação aos cidadãos e cidadãs residentes no concelho e que também, enfim, que aqui residem há mais de cinco anos, tem um conjunto de definições, porque muitas vezes referimo-nos a alguns destes conceitos com sinónimos e convém que utilizemos todos a mesma terminologia para que isto seja claro, tem também o rendimento mensal corrigido, a indicação do rendimento mensal líquido, o que é que isso significa, o IAS - Indexante dos Apoios Sociais, que é a percentagem do IAS que contribui depois para as contas que são feitas para a classificação, tem um capítulo destinado à atribuição dos fogos, à formalização da candidatura, à forma de publicitação, os critérios, cá está e os critérios são aqueles que estão na lei e um ou outro aspeto de natureza mais local que tem que ver com a residência no concelho, naturalmente, enfim pensamos que temos aqui um instrumento que vai permitir com muito rigor regular a atribuição dos fogos que existam para o efeito.

Poderia, se calhar, antecipar-me aqui a algumas questões e dar-vos já nota de qual é o parque habitacional municipal. Ele é atualmente constituído por trinta e quatro fogos, destes vinte seis estão arrendados em regime de arrendamento apoiado e quatro têm arrendamento do regime geral e os restantes quatro estão devolutos a fazer, enfim, um conjunto de reabilitações e de obras, recentemente até entregámos casas que foram reabilitadas e trocadas e também por questões de aumento do agregado familiar, as pessoas que já têm, têm direito a uma nova casa quando aumentou o número de familiares, o número de dependentes e, portanto, acabámos por ficar com os fogos que estavam em condições de novo ocupados e estamos agora num processo de obras e de reabilitação em vários.

Temos catorze em Palmela, seis em Pinhal Novo, cinco na Quinta do Anjo e um em Setúbal e, portanto, se calhar, dar-vos assim estes números para perceberem que ao, contrário de outros concelhos, não temos este fenómeno da habitação social tão marcado como noutros concelhos vizinhos, e isto também tem que ver um bocadinho com a especificidade do nosso concelho, de expressão habitacional, utilização também de casas na zona rural etc., etc., e apesar de tudo ainda há, voltou a haver, um mercado de arrendamento mais acessível nos últimos anos embora pareça que está a voltar a deixar de ser acessível outra vez nestes últimos seis meses.

Disse, Sras. e Srs. Membros da Assembleia."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Pediu a palavra em nome do Partido Socialista, o Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério, por favor."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito boa noite a todos.

Sra. Presidente da Assembleia, apresento-lhe os meus cumprimentos, bem como à secretária e o secretário dessa Mesa, desejando que tenham um bom mandato na condução dos trabalhos desta Assembleia, apresento os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, e aos Srs. Vereadores, esperando, também, que tenham um mandato iluminado nas decisões e na gestão da Câmara Municipal do nosso Concelho, apresento também cumprimentos aos caros colegas da Assembleia, à Presidente da Freguesia e Presidentes de Freguesia desejando, também, que tenhamos todos um bom mandato na fiscalização da atividade da Câmara Municipal com boas deliberações, e com ratificações, ou não, das propostas que a Câmara aqui nos apresentar. Quero também apresentar os cumprimentos às técnicas e técnicos da Câmara que hoje estão aqui em exercício de funções, ao público presente, pouco mas bom, e um cumprimento à comunicação social aos Srs. jornalistas que agora têm neste mandato uma motivação redobrada para estarem presentes, para darem conhecimento aos munícipes no nosso concelho do que se passa nesta Assembleia, e eu digo que têm uma motivação redobrada porque havia aquela ideia de que a Assembleia Municipal, particularmente, no período da ordem de trabalhos era sempre previsível, pois bem agora, como todos sabemos, não é assim tão previsível e pode não acontecer assim, por isso têm todos os motivos para estarem presentes nas Assembleias até ao final de cada sessão e nós estaremos aqui sempre simpaticamente de braços abertos para os receber.

Sra. Presidente, em relação a esta proposta do regulamento deveria vir a mesma acompanhada de um documento informativo a esta Assembleia, aliás o Sr. Presidente agora deu umas informações é sempre umas informações avulso, dando por escrito a informação devida porque esta Assembleia, Sra. Presidente, não tem que consultar, tem que ser informada pela Câmara, neste caso, sobre a relação atualizada ao dia de hoje do número de habitações sociais do município e moradas das mesmas, o Sr. Presidente disse agora que tinha o município trinta de propriedade própria e mais quatro alugadas. Também gostaríamos que nesse documento nos informasse quais os fogos que são propriedade do município, se ainda são os vinte oito, eu tinha aqui vinte oito e o Sr. Presidente diz que agora já são trinta, que se encontram em Palmela, Pinhal Novo, Quinta do Anjo e também em Setúbal, tal como o Sr. Presidente disse agora. Qual os encargos médios anuais do município com estes mesmos fogos? E qual o rendimento anual total dos mesmos? Foi dito, recentemente aqui numa Assembleia pelo Sr. Presidente, que as rendas variam entre a meia dúzia de euros até aos duzentos euros, tudo informações avulso Sra. Presidente, não pode ser assim a Assembleia tem que ter informação por escrito. Qual o valor do património do município, neste caso das habitações sociais e se a autarquia tem de prevenção alguma casa disponível para uma exceção do regime de atribuição previsto no segundo ponto do artigo sexto para uma emergência, mesmo que temporária.

Sra. Presidente da Assembleia, esta Assembleia tem, obrigatoriamente, de ter toda a informação de todos os assuntos da Câmara, só assim pode desempenhar em pleno direito as suas funções de fiscalização da atividade da Câmara.

Em relação a esta proposta, propriamente dita, que nos é apresentada hoje o Partido Socialista vai votar favoravelmente mas, apesar deste documento ter estado em apreciação pública sem qualquer resposta ou sugestões, e nós bem sabemos e há estudos que falam sobre isso que em Portugal só menos de cinco por cento das consultas públicas para apreciação é que são verdadeiramente consultadas pelo cidadão, e apesar, também, deste concelho, felizmente, não ter a necessidade de ter um parque de habitação social, como também disse aqui o Sr. Presidente avulsamente, porque não foi afetado por nenhum PER - Plano Especial de Realojamento problemático que criaram autênticos guetos habitacionais de cuja Bela Vista em Setúbal e o Vale da Amoreira na Moita são no nosso distrito casos bem exemplares desses PER problemáticos, eu gostaria de ter visto neste regulamento um artigo, apesar das duas questões que coloquei antes, que falasse nas obrigações de conduta e responsabilidade dos arrendatários do município. É que apesar deste regulamento no artigo vigésimo primeiro, no omisso, remeter para as leis aplicáveis os arrendatários deveriam ser informados sobre por exemplo: na obrigação de informar o município, Sr. Presidente posso continuar?, sobre as eventuais modificações no seu agregado familiar a habitar no fogo, não ser permitido ausências prolongadas da habitação sem o prévio conhecimento da autarquia, a obrigação de zelar pela conservação e limpeza da habitação, a declaração anual dos rendimentos do agregado familiar, informação sobre acesso à fiscalização e vistorias do município para verificar o estado de conservação de habitação, a obrigação da boa relação de vizinhança, regras para ter animais em casa particularmente não ter animais potencialmente perigosos.

Estas e outras devem ser informações básicas aos arrendatários sem estes, os arrendatários, terem de consultar leis para o efeito e são preocupações do dia-a-dia de todos os municípios do país no que diz respeito à habitação social.

Para terminar, Sra. Presidente, acho muito bem elaborado o artigo sexto deste regulamento nas exceções ao regime de atribuição, está muito bem feito, e no previsto da alínea d) está mesmo na vanguarda dos concelhos do País.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Dou agora a palavra à Bancada da CDU, Joaquim Pires, por favor."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Boa noite. Sra. Presidente. Boa noite a todos os presentes na sala, participantes e público, à Mesa e aos Srs. Vereadores.

Da leitura que a nossa bancada fez deste documento, desta proposta que nos é apresentada e que, de facto, não tem uns cariz de um manual coercivo e excessivo sobre quem arrenda de uma forma bruta e complicada, mas é mais um documento importante, orientador, que tem regras e que no ponto de vista da Bancada da CDU é um documento, é um regulamento, inclusivo, é justo, tem preocupações sociais e humanas no sentido de ajudar pessoas que têm comprovadamente necessidade, e são muitas, num quadro difícil que continuamos a viver em Portugal apesar das muitas propagandas que estamos habituados a ouvir nos órgãos de comunicação social e, portanto, quantos andam por aí na especulação da habitação e com falsas preocupações humanas e sociais, nós achamos que este regulamento está bem elaborado, poderá, naturalmente, vir a ser melhorado no futuro em função de situações em concreto que se manifestem e que tenham que ser apreciadas, e por isso, nesta conformidade, a Bancada da CDU vai votar favoravelmente o documento."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra agora o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Muito obrigada, Sra. Presidente. Permita-me na sua pessoa cumprimentar todas e todos os presentes. Deste ponto de vista parece-me que continuam todos e todas muito bem, com boa tez, com boa aparência incluindo os novos Membros da Assembleia, refiro-me também ali aos Membros da Assembleia do MIM que estão ali encostadinhos ao PSD/CDS, um lugar que lhes assenta muito bem.

Relativamente a este Regulamento, a esta proposta de regulamento, Sra. Presidente, apraz-nos considerar que poderá haver ainda motivos para corrigir e melhorar o regulamento no futuro, para que o processo de atribuição de habitações às cidadãs e cidadãos dos grupos sociais mais vulneráveis e em situação de carência económica decorra da forma mais justa e célere possível. Desde logo esta proposta contará com o voto favorável do Bloco de Esquerda.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Não sei se há mais algum pedido de intervenção? Tem a palavra o PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Também queria aqui dar as boas vindas ao ex-candidato à Câmara, que regressou à Assembleia Municipal, e quanto à colocação das forças políticas não me pronuncio porque as palavras são suas mas nem sequer merecem o meu comentário, levo isso como um gracejo e a boa disposição é boa.

Em todo o caso, penso que, há aqui, este regulamento podia ter contido, sobretudo nessa parte dos animais potencialmente perigosos, aqui alguma advertência e estar mais completo, mas já aqui fizemos noutros mandatos, também, algumas alterações posteriores e penso que mais tarde poderá ser melhorado.

Por vezes dado os afazeres, eu falo por mim pessoalmente, nem sempre nos conseguimos aperceber quando os documentos estão em consulta pública, às vezes por falta de tempo nossa e, portanto, o que eu aqui sugeria também dado que isto é uma Assembleia agora com mais participação, mais participação no sentido de mais forças e movimentos políticos, que talvez, às vezes, conseguíssemos dar em termos de Assembleia algum contributo nestes casos, mas vamos votar favoravelmente em todo o caso.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra agora o MIM, Maria Luisa Paulino, por favor."

A **Sra. Maria Luísa Paulino do MIM:**

"Em relação às considerações do Bloco de Esquerda compreendo colega, ficamos muito bem aqui todos e respeitamos a alternância masculino, feminino, masculino, feminino, ficamos muito bem.

Em relação à proposta o MIM vai votar favoravelmente esta proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Então Sr. Presidente alguma questão? Não? Podemos avançar?

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, gostaria de fazer dois comentários e um esclarecimento.

Em primeiro lugar recentrar a discussão, nós estamos a aprovar um regulamento que visa regular e definir os critérios para a atribuição de habitação social e atribuição de habitações do parque municipal.

Quanto ao conjunto de informações que o Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério considera que deviam acompanhar a proposta, não partilho dessa opinião mas, quero dizer, que estou sempre disponível para as fornecer e que também é um direito dos Membros da Assembleia, e um dever, solicitar por escrito essa informação ao executivo municipal que, aliás, costuma responder a todas as Bancadas quando nos apresentam esses requerimentos e, portanto, essas informações não tinham que vir aqui, eu é que apenas citei alguns aspetos para termos a noção do que é que estamos a falar.

Outro aspeto importante, vinte e oito e agora são trinta. Pois bem adquirimos duas casas no mandato que terminámos, este ano adquirimos mais duas casas, neste momento estão ocupadas mas, como vos digo, estão ocupadas por famílias que cresceram e por famílias que tiveram que se deslocalizar para podermos agora proceder à reparação de fogos que viremos a colocar depois na bolsa para quando houver inscrições ao abrigo deste regulamento.

Outras matérias que aqui foram suscitadas, eu quero também dizer às Sras. e aos Srs. Vereadores que o regulamento obedece a leis, fazemos *benchmarking*, ou seja aqui ninguém inventa nada de novo, em sítio nenhum do mundo, vimos regulamentos de outros municípios, aprendemos todos uns com os outros, cada um introduz ali as suas especificidades e os seus aspetos de contexto e há aqui matérias que suscitou, do rendimento, do património, das condições, tudo isso é escrutinado e outros aspetos de regras de funcionamento, quero dizer-lhe que estão vertidas nos contratos de arrendamento, ou seja os contratos de arrendamento que assinamos com as pessoas fazem referência a um conjunto de deveres que têm para com o bem municipal que é posto à sua disposição e tem questões desta natureza. Outras são escusadas porque, também, na técnica legislativa é-nos dito que não temos que repetir questões que estão noutras leis e na lei geral, questões de código civil, questões dos animais perigosos, essa lei é igual para todos os cidadãos, estão aqui juristas sabem que é assim, portanto, não é necessário estar vertido no regulamento. Ainda assim temos um conjunto de reparos que são feitos e que ficam plasmados no contrato de arrendamento que não é um contrato de arrendamento comum, e eu assinei dois recentemente e, de facto, são muitas páginas com muitos direitos e deveres e preceitos.

Há aqui uma questão que estas observações acabam por suscitar e que é importante esclarecer. Estas famílias não são inquilinos, não são lá colocados, nós contactamos com muita frequência com estas famílias, estas famílias têm acompanhamento social, têm que desenvolver competências até ao nível da salubridade das suas casas, da higiene, às vezes até dos seus familiares, estas famílias são acompanhadas quer por técnicos do município, quer por técnicos de instituições, quer por técnicos da própria Segurança Social, e portanto, também, neste aspeto quero tranquilizar o Sr. Membro da Assembleia, e os restantes Membros da Assembleia, que não é como noutros sítios em que há municípios e técnicos que têm medo de entrar nesses bairros. Nós visitamos as pessoas com frequência e procuramos fazer ali um acompanhamento, não é bem uma tutela, mas ajudar ao desenvolvimento de competências sociais que previnam estes problemas que o senhor, legitimamente, considera que deviam de estar acautelados mas, pronto, pensamos que não é necessário estarem plasmados em regulamento porque há, de facto, formas de os induzir e também formas se, for caso disso, de penalizar porque há questões que estão, como disse, na lei geral.

Quanto às outras informações reitero a nossa disponibilidade se o Sr. Membro da Assembleia quiser, forneço-lhe, acho que não deveria fornecer é o nome das pessoas, forneço-lhe as moradas todas e a relação, e os que estão devolutos, e o estado, portanto, façam favor de solicitar eu não tenho essa documentação toda aqui atualizada e os valores, também, que é como o senhor já deduziu. Isto é um investimento social nós não ganhamos dinheiro com as casas, pelo contrário, e mesmo com rendas nos valores que o senhor aqui referiu algumas ainda estão em atraso e muitas vezes a persuasão é grande para se fazer contratos de pagamento a prestações, etc., etc., porque estão em causa situações de enorme vulnerabilidade social e, portanto, ainda assim estamos dispostos para fornecer essa informação caso o solicite.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, estamos em condições de votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

PONTO QUATRO – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para representar o Município na ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses (Efetivo e Substituto).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos então à última proposta e a última proposta é sobre uma das urgências que nós tínhamos justamente para tratar, razão pela qual o tema vem a esta Assembleia Extraordinária, é a designação dos representantes da Assembleia Municipal na Associação Nacional dos Municípios Portugueses. A urgência da proposta tem que ver com o facto de a Associação Nacional ter o seu Congresso agendado para o próximo dia nove de dezembro no Algarve, no município de Portimão, se não estou em erro, e, portanto, nós precisávamos para termos o município normalmente representado, porque o município é representado pelo Presidente da Câmara, pelo Presidente da Assembleia Municipal ou pela, neste caso, e por um Presidente de Junta.

Os Membros da Assembleia, neste caso o eleito da Junta de Freguesia, deverá ser designado na figura de um efetivo e de um suplente e nós precisávamos de fazer a sua eleição. Por esta razão Sras. e Srs. Membros da Assembleia a proposta que eu apresentava, era a de que nos fizéssemos representar na Associação Nacional de Municípios, de acordo com os seus estatutos, neste caso pelos Presidentes, como representante efetivo **Cecília Maria Cordeiro de Sousa**, Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, e como representante substituto por **António Manuel Caeiro Mestre**, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

Sras. e Srs. Membros, coloco a proposta à vossa consideração.

Dou a palavra ao Partido Socialista, José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigada, Sra. Presidente.

Refiro unicamente que, enfim, o Jorge Mares é também Presidente de Junta e, portanto, equacionámos, inclusivamente, apresentar uma proposta alternativa com a Sra. Membro e Presidente da União de Freguesias de Poceirão e Marateca em primeiro lugar e o Jorge como suplente. Entendemos que não é relevante nesta fase que isso se passe dessa maneira e, portanto, é uma proposta que terá com certeza a nossa anuência.

Era só, obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções? Mais alguma intervenção? Não? Então antes de distribuirmos os boletins de voto, porque uma vez que estamos a votar nomes tem que ser votado por voto secreto, dizer só que, a propósito desta referência que o Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa aqui faz a propósito deste assunto, nós tínhamos combinado justamente em reunião de líderes trazer aqui as representações da Assembleia Municipal nos diversos órgãos em conjunto e, portanto, vamos procurar, como é evidente, ter em conta uma ampla representatividade digamos assim, ou seja com diversidade de forças políticas nos vários órgãos onde teremos que estar presentes.

Esta proposta é isolada exatamente pelo seu calendário, pelo calendário da Associação Nacional de Municípios, aliás do Congresso da Associação Nacional de Municípios, e em concreto, na verdade, trata-se apenas de reuniões muito pontuais, que são exatamente os Congressos, e normalmente é o efetivo quem representa a Junta, por esta razão achamos que tendo nós quatro Presidentes de Junta…"

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Quatro? Quatro, Sra. Presidente? Não, são três?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Três, é uma que vale por dois."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, não, tendo nós quatro Presidentes de Junta na Assembleia, no concelho temos quatro Presidentes na Assembleia e, portanto, é evidente que quaisquer dois podiam ser os nossos representantes e, neste caso, sem qualquer desprimor para o Sr. Presidente Jorge Mares achamos que ficamos igualmente muito bem representados pela Sra. Presidente da União de Freguesias de Poceirão e Marateca e, eventualmente, em caso de necessidade também ficaremos muito bem representados pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Está bem?

A minha proposta é que aceitem ver globalmente todas as outras representações em janeiro, não na próxima reunião ordinária que terá já muitos temas para debate, mas em janeiro e que por hoje acertássemos, de facto, nesta representação.

Vamos votar."

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, e a respetiva contagem de votos, apurou-se o seguinte resultado:

<u>Representante das Juntas de Freguesia (Efetivo e Suplente)</u>

Efetivo - Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa Substituto – Sr. António Manuel Caeiro Mestre	24 (vinte e quatro) votos a favor 2 (dois) votos contra 5 (cinco) abstenções

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, antes de terminar algumas notas.

Primeiro temos uma ata para aprovar que é a ata da nossa primeira reunião, que foi a reunião de eleição da mesa. Pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se tiveram oportunidade de a ver e se há alguma questão a corrigir? Não? Tudo bem na nossa ata?

Dou a palavra ao PSD/CDS, Maria Rosa Pinto por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Na página cinco a uma questão por mim levantada e que a Sra. Presidente depois fez a sua explanação, há aqui no parágrafo segundo, na intervenção da Sra. Presidente, que refere "*…de qualquer modo não sei se o Dr. Simão quer acrescentar, é isto?"* E depois nada é dito, porque houve um gesto de cabeça, não é?

E penso que aí se deve acrescentar que o Dr. Simão não quis fazer qualquer intervenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Aí ele corroborou, desculpe, na altura eu lembro-me perfeitamente ele corroborou com um gesto de cabeça."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ele corroborou mas foi com gesto de cabeça e, portanto, na ata na gravação não aparece é só isso.

Depois, relativamente aqui à questão, à minha pessoa, "*…se podemos prosseguir desta maneira…"* eu não me recordo, mas tenho a ideia que também foi colocado aos eleitos em geral, não só a mim."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Desculpe? Não estou a identificar."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Se podíamos prosseguir da maneira que a Sra. Presidente entendeu e interpretou, a pergunta não me foi dirigida só a mim mas também aos outros eleitos e, portanto, acho que deve ser aí acrescentado "Srs. Eleitos, podemos prosseguir desta maneira?" Não me foi dirigida a mim, pessoalmente, essa pergunta.

Agradeço a correção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sra. Membro da Assembleia, eu tenho ideia, não ouvi a gravação, mas tenho ideia da Assembleia e pelas notas, etc., que fui tomando, quando vi a ata eu tenho ideia que na altura…"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"A questão foi levantada por mim mas, efetivamente, depois a pergunta foi ao geral dos eleitos, se bem me recordo e, portanto, é essa correção que eu requeiro e essa parte do Dr. Simão ficar aí a intervenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu, por acaso, acho que lhe dirigi a pergunta diretamente, mas também não é relevante, sinceramente, para o resultado. Não estávamos perante uma coisa que a Assembleia, quer dizer, era relevante se a Assembleia não aprovasse mas aí era a Assembleia que se pronunciava. Eu acho que isto aconteceu num certo contexto de diálogo, é a memória que eu tenho, não fui ouvir a gravação mas, de facto, o que as nossas meninas dizem é isso mesmo, é que é exatamente o que está na gravação e eu reconheço isso percebe? Acho que não é relevante."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Mas para mim então eu peço acesso à gravação, se não se importa, porque é essencial para mim e a Sra. Presidente irá compreender isso na reunião ordinária, depois, quando a tivermos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ah! Pronto, está bem, isso é outra coisa, já estou a perceber.

Agora eu queria adiantar o seguinte, sobre isto e a propósito das nossas atas, eu acho que nós vamos tentar menos descritivos e vamos remeter quando houver dúvidas para as gravações. Agora isto tem que assentar aqui num pressuposto de que somos capazes de nos rever exatamente naquilo que está dito, não é? Porque as nossas atas dão um trabalho absolutamente indiscritível e eu acho que nós temos que ser mais sintéticos e quando houver dúvidas, no essencial tem que se registar as posições, as opiniões, os argumentos mas, em termos de pormenor, quando houver dúvidas, vamos às gravações, é porque isto não são horas, são dias e dias e dias a passar gravações de atas e depois, também, a fazer uma outra coisa como é evidente no discurso oral e nomeadamente quando estamos a falar, enfim, sem nenhum documento de suporte à frente o nosso discurso, às vezes, pouco cuidado, por mim falo, e as repetições, e as muletas, que todos usamos

no discurso e que depois as nossas funcionárias ainda fazem o favor, mesmo assim, de tentar limar sem perder nenhum sentido, isto é um trabalho absolutamente, não imaginam, não imaginam. Nós temos que rever a lógica das nossas atas, e eu quero deixar aqui este alerta porque vamos ter que começar a orientarmos pelo sentido claro das coisas, sentido claro e inequívoco, se houver dúvidas e for relevante muito bem, aqui está um exemplo, nós vamos à gravação e transcrevemos se todos nos revirmos na ata, no sentido daquilo que ali está, devemos simplificar é a minha opinião.

Sobre esta ata, com esta notinha que vamos de facto confirmar, vamos votar a ata."

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** colocou à aprovação **a Ata número um, de vinte de outubro de dois mil e dezassete, tendo sido aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE) e duas abstenções (uma do PS e uma do PPD/PSD.CDS-PP).**

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Três notas por favor, nós vamos ter a próxima Assembleia no dia onze de dezembro, é uma sessão extraordinária, a convocatória já seguiu, e tem que ver com uma informação que também chegou ao nosso contacto há muito poucos dias, e que tem que ver com a eleição da Comissão Executiva da Área Metropolitana de lisboa. Ora bem este é um tema que nós não temos competência para decidir no sentido de agendar para a data que nos aprouver, a data é igual em todos os municípios da área Metropolitana de Lisboa e, nesse sentido, somos obrigados a realizar a Assembleia na hora previamente convocada, marcada, e que é, tal como foi distribuído a todos, entre as dezanove e as vinte e uma horas.

Eu queria fazer um apelo se fosse possível, isto é informal, o horário formalmente é este entre as dezanove e as vinte e uma horas. Como os Srs. Membros da Assembleia compreenderão é uma coisa muito simples, nós chegamos cá, votamos, como fizemos agora, e vamos embora, a Mesa e os funcionários que dão apoio têm que estar presentes até o último Membro da Assembleia votar. Eu fazia um apelo, era que tentássemos concentrar-nos entre as dezanove e as vinte para que todos nós pudéssemos ir embora o mais cedo possível, está bem? Porque se não vierem todos, nós temos que esperar até ao limite da hora e portanto são duas horas só para vir votar. Era mais simpático se toda a gente pudesse vir entre as dezanove e as vinte, certo? É na sede, nos serviços, da Assembleia Municipal, nós estamos lá, estaremos, tudo bem, mas se todos os Membros da Assembleia votarem mais cedo nós encerramos a urna e vamos embora.

Esse um aspeto, segundo aspeto temos uma sessão ordinária, a sessão que eu falava no início, para discutir vários assuntos mas entre eles as Grandes Opções do Plano, agora para o próximo ano e seguintes, e essa será uma sessão ordinária, quer isto dizer que é uma sessão que tem período antes da ordem do dia, tem período de intervenção do público e, normalmente, diz-nos a história, a nós os mais velhos nestas andanças, que são reuniões longas e eu faço um apelo a todos os Membros da Assembleia Municipal, enfim, a cada um dos grupos é que se procure, dentro do possível, reduzir um bocadinho os temas nomeadamente que não sejam indispensáveis para aquele dia, para ver se a gente não tem uma reunião tão longa e o outro apelo que faço é, realmente, chegarmos um bocadinho antes das oito e meia para tentar começar a reunião mesmo às oito e meia porque isso depois ajuda e faz um bocadinho de diferença.

Há uma última nota, esta é só para os Líderes, já tínhamos combinado, é que o Sr. Presidente da Câmara sugeriu-nos a data de cinco de dezembro, penso que já seguiu a nota, às dezanove horas para uma reunião justamente de preparação sobre o tema das Grandes Opções do Plano e do Orçamento. A nossa opção foi que, enquanto não estão constituídas as Comissões de Trabalho, fossem os Líderes a participar nesta reunião. A reunião será na Câmara, no entanto a cada um dos Líderes caberá a faculdade de decidirem se querem levar mais alguém da respetiva Bancada, do respetivo Grupo, está bem? Portanto, tendencialmente, é uma reunião com os Líderes mas, repito, se os Líderes de Bancada decidirem levar mais alguém, obviamente a reunião é uma reunião de trabalho com representantes da Assembleia Municipal e poderemos estar."

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezassete, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte nove de novembro de dois mil e dezassete.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete